



A BATATA-DOCE PODE SER AMARGA: PRODUÇÃO PARA O MERCADO E FRAGMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE CAMPONESA

Mara Íris Barreto Lima ¹

RESUMO

O presente artigo propõe entender a relação entre a minifundialização das terras e a produção da batata-doce no Agreste Sergipano, compreendendo a subordinação do camponês à lógica do mercado capitalista. Do processo de fracionamento da unidade de produção familiar camponesa ao monopólio do mercado capitalista que avança no espaço agrário em questão, salienta-se o âmago do capital que se apropria da terra e do trabalho em prol da sua acumulação. O projeto de modernização capitalista no campo é fulcral na ampliação dos conflitos no espaço agrário e pressiona a luta pela reprodução social campesina e pela soberania alimentar. Como contributo teórico-metodológico estiveram as pesquisas empíricas, cujas análises foram primordiais ao observar no campo as transformações a partir das imposições do monopólio capitalista, assim como uma ampla revisão bibliográfica, coleta e análise de dados (Censos Agropecuários - IBGE; SIDRA - IBGE). Partindo-se da teoria crítica, cujo olhar é capturar a essência para além da aparência, o dever do ser pesquisador(a) é ler o real-concreto se apoiando na totalidade a fim de entender o movimento das contradições. Para tanto, enquanto a realidade aponta a resistência do campesinato, afirmam-se as formas de reprodução social e a persistência dos trabalhadores camponeses como condições de uma luta contínua em contraposição ao capital.

Palavras-chave: Batata-doce, Campesinato, Mercado capitalista, Minifundialização, Sergipe.

ABSTRACT

The present article proposes to understand the relationship between the minifundization of land and the production of sweet potato in the Agreste of Sergipe region, understanding the subordination of the peasant to the logic of the capitalist market. From the process of fractioning the peasant family production unit to the monopoly of the capitalist market that advances in the agrarian space in question, the core of capital that appropriates land and work for the sake of its accumulation is highlighted. The project of capitalist modernization in the countryside is central to the expansion of conflicts in the agrarian space and puts pressure on the struggle for peasant social reproduction and food sovereignty. As a theoretical and methodological contribution, there were empirical researches, whose analyses were primordial in observing the transformations in the countryside due to the impositions of the capitalist monopoly, as well as a wide bibliographic review, data collection, and data analysis (Agricultural Census - IBGE; SIDRA - IBGE). Starting from critical theory, whose gaze is to capture the essence beyond appearance, the duty of the researcher is to read the concrete reality based on the totality in order to understand the movement of contradictions. Therefore, while reality points to the resistance of the peasantry, the forms of social reproduction and the persistence of peasant workers are affirmed as conditions for a continuous struggle against capital.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS/CAPES), sob orientação da Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos. Pesquisadora no Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS) e no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO/UFS/CNPq), mara21iris@gmail.com;

Esse trabalho é parte das discussões realizadas no âmbito da dissertação de Mestrado e recebe financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Keywords: Sweet Potato, Peasantry, Capitalist market, Minifundialization, Sergipe.

INTRODUÇÃO

Em um momento histórico de crise sem limite, a concentração da terra é produto direto do monopólio capitalista sobre esse meio de produção, que possui outra dimensão para o camponês. Logo, a injusta distribuição fundiária brasileira está inserida na concentração do capital que desde o século XVI se fez de forma violenta, intensificando-se até a atualidade e empurrando os despossuídos para a margem da sobrevivência.

A falácia da modernização do campo, acirrada por uma mecanização planejada aos moldes de interesses privados, posiciona a simbiose entre capital e campesinato, concomitante a uma *endossimbiose* entre campesinato e trabalho, frente à dinâmica capitalista conflituosa e combinada. Como relação ecológica a *endossimbiose* permite entender que o trabalho está associado ao campesinato, paralelo ao campesinato interagir junto ao capital, enquanto formas inter-relacionadas desde os ínfimos átomos às estruturas mais complexas da interação humana.

De tal modo, o campesinato é subalterno ao capital, considerando-se as relações de poder deste que rodeiam as relações de vivência do ser camponês, sujeito histórico-político de luta e que persiste na terra, à mercê de um novo reordenamento territorial pós-crise estrutural do capitalismo. Nas palavras do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 67): “a luta pela terra não se pode restringir apenas à luta pelo direito do acesso à terra, deve ser também a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

Partindo dessa discussão, observar a realidade camponesa através da produção da batata-doce e os seus desdobramentos no Agreste Sergipano, notadamente nos municípios de Moita Bonita e Itabaiana, é importante dentro da leitura das contradições no campo. Considerar o trato com a terra em um estado que tem a estrutura fundiária sustentada nos pontos extremos de concentração de terras *versus* minifundialização das terras de produção familiar, é considerar os inúmeros processos da questão agrária, principalmente no que dizem respeito às diversas formas de reprodução social dos trabalhadores rurais, suas particularidades e conflitos.

Nos liames da luta de classes, entendem-se os desafios e perspectivas por parte do campesinato à produção de alimentos, a exemplo da produção da batata-doce. No espaço da batata-doce, encaram-se a questão do fracionamento da unidade de produção familiar cada vez mais intenso, as subordinações realizadas pelo mercado capitalista com a atuação dos



atravessadores e aos projetos de modernização para o campo enquanto ideologias destrutivas, à luz das leituras balizadoras que conduziram as discussões do artigo.

O presente trabalho teve como objetivo principal entender, no contexto de expansão do capitalismo no campo sergipano, a relação entre a minifundialização das terras e a produção da batata-doce no Agreste de Sergipe. A realidade concreta revelou que a produção de alimentos no Brasil é uma prática histórica das unidades de produção familiares camponesas (também presentes em terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas), cuja dimensão de produção orgânica condiciona outro ritmo da relação Sociedade-Natureza. A batata-doce é um alimento tipicamente produzido nas unidades produtoras com este perfil e vem se transformando nos últimos anos em uma mercadoria que serve aos interesses da competição do mercado por suas múltiplas funcionalidades e usos.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamentou-se no método dialético, tendo em vista a *práxis* humana que se expressa no sujeito histórico integrando as relações homem/natureza em seu pensamento dialético (KOSIK, 1976). O presente estudo foi analisado a partir de uma ampla revisão teórica, pesquisas empíricas, coleta e análise de dados (SIDRA-IBGE, Censos Agropecuários-IBGE).

O levantamento bibliográfico foi sustentado em livros, artigos, dissertações de mestrado, sites de institutos científicos e dentre outras fontes de dados. As pesquisas empíricas foram primordiais para a sustentação do trabalho completo, conjuntamente com a teoria, ao observar no campo as transformações a partir das imposições do monopólio capitalista, bem como os dados ao revelarem o aumento da produção de batata-doce no Agreste Sergipano e o aumento do número de estabelecimentos rurais com poucos hectares (IBGE - Censos Agropecuários² 1995/1996 e 2006; SIDRA - IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal - PAM 2019).

Por compreender que a condição material dos sujeitos incide no movimento da contradição da realidade, a pertinência do trabalho de campo permitiu o esclarecimento acerca da subordinação do campesinato na produção da raiz ao mercado. Tendo o recorte espacial analisado no Agreste Sergipano, onde a estrutura fundiária não se constituiu em política de

² Há uma defasagem nos dados do Censo Agropecuário 2017, tal como Mitidiero Jr. (In SANTOS et al, 2019) afirma ser “o Censo do Golpe” não só pelos cortes e ataques ao Censo, mas ao apresentarem uma base de dados tendenciosa a interesses particulares e ao escamotear a realidade da questão agrária brasileira.



assentamento, mas ao compreender que as terras fragmentadas foram constituídas historicamente e contraditoriamente fundamentais ao uso e ocupação do território sergipano.

A BATATA-DOCE PODE SER AMARGA SOB O CAPITAL

A origem da batata-doce se remete há milhares de anos, encontrada nos vestígios de cavernas e estudos antropológicos nas Américas Central e do Sul, pois seu cultivo era praticado por populações originárias antes mesmo da invasão europeia. Pertencente à família botânica *Convolvulaceae*, a batata-doce (*Ipomoea batatas*) de raiz tuberosa está adaptada às condições edafoclimáticas de regiões tropicais e subtropicais, em solos de baixa fertilidade, cultivada anualmente independente de regime pluvial, abrigando uma rica variedade de fibras, vitaminas, carboidratos e minerais.

Como demonstrou Lênin (1982), acerca da subalimentação do campesinato da Rússia czarista a massa de camponeses pobres se alimentava mais de batatas e alimentos menos nutritivos, ao passo que as famílias camponesas mais abastadas se alimentavam de trigo, centeio e carnes. Este quadro revela as assimetrias na alimentação entre os estratos sociais do campesinato, haja vista que “o traço distintivo desses grupos são a insuficiência de alimentação e a deterioração da sua qualidade (a batata)” (LÊNIN, 1982, p. 106).

Para além de um contexto histórico particular da Rússia, são evidentes os múltiplos usos e funcionalidades no cultivo de batatas, tendo em vista também o baixo dispêndio de capital na produção, bem como sua grande importância social. De acordo com o Centro Internacional de Batata (CIP, S/D), a raiz tem histórico importante em escala mundial, sobretudo em países da África Subsaariana e da Ásia, onde a batata-doce evitou que milhões de pessoas morressem de fome na China na década de 1960, assim como na Uganda salvando milhares de sujeitos que tiveram suas plantações de mandioca acometidas por vírus na década de 1990.

Por ser produzida principalmente em países da periferia do capitalismo, a batata-doce tem grande peso social para o suprimento das populações mais pobres, visto que é a quinta safra alimentar mais importante e a sexta cultura alimentar depois do arroz, trigo, batata, milho e mandioca (CIP, S/D). A raiz é cultivada por mais de cem países, tendo a Ásia como maior produtor mundial, com destaque para a China, seguidos da África e Américas segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



Em nível mundial a produção de batata-doce em 2018, de acordo com a FAO, foi cerca de 92 milhões de toneladas cultivadas em mais de 8 milhões de hectares. Conforme argumenta Alves (2014) em sua dissertação:

O Brasil apresenta uma produtividade anual de $12,2 \text{ t ha}^{-1}$, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor, com 153.770 t e produtividade de $12,5 \text{ t ha}^{-1}$. O estado de Sergipe contribui com 40.600 t, e representa o maior produtor do Nordeste com produtividade anual de $12,1 \text{ t ha}^{-1}$. O município de Moita Bonita apresenta a maior produtividade do estado de Sergipe com $15,0 \text{ t ha}^{-1}$ (ALVES, 2014, p. 04).

O espaço da batata-doce está circundado numa série de questões, enquanto relação que transcende o tempo e o espaço, as mudanças na produção de alimentos no Brasil e neste particular o caso de Sergipe, denotam inúmeros interesses principalmente acerca das exigências do mercado. Nas últimas décadas a concentração da produção de tubérculos fora assentada principalmente nos municípios do Agreste Sergipano, e apesar da redução da plantação de mandioca tendo em vista os períodos de secas e de avanço das pastagens, é expressivo o cultivo destas raízes nesta região (MENEZES et al, 2019).

Conforme as tabelas abaixo (Tabelas 01 e 02) estão organizadas sobre os principais cultivos dos municípios de Moita Bonita e Itabaiana, no que trata a evolução das produções a partir de 1985 com intervalos de tempo até 2016, apreende-se uma análise das transformações na produção de alimentos nesse espaço agrário. Anteriormente, a batata-doce era um cultivo que assumia especialmente a função de subsistência alimentar, acompanhando outras raízes como a mandioca e o inhame, no entanto, percebe-se o aumento da produção de batata-doce e o declínio expressivo da produção de mandioca. Esta realidade pode ser observada na paisagem Agrestina e nos relatos dos trabalhadores camponeses, haja vista é comum ouvir que se plantavam mais (de forma “consorciada”) o milho, a fava, o feijão, o amendoim e a mandioca, porém a atualidade direciona para a predominância do cultivo de batata-doce, por ser um produto que se tornou mais “rentável” ao camponês e seguindo as regras do mercado.

Tabela 01 - Principais cultivos do município de Moita Bonita - Sergipe, 2021

Cultivos	1985		1995-1996*		2006		2016	
	Produção (Ton.)	%						
Amendoim	104	0,40	42,5	0,20	96	0,54	70	0,46
Banana	28	0,11	61	0,26	840	4,80	459	3,04
Batata-doce	8.050	30,96	8.725	37,23	7.800	44,43	10.500	69,50
Fava	6	0,02	3,5	0,01	-	-	-	-



Feijão	20	0,08	565	2,41	62	0,35	-	-
Laranja	138	0,53	-	-	-	-	-	-
Mandioca	16.800	64,62	12.450	53,13	7.700	43,86	4.080	27,00
Manga	483	1,86	1.210,5	5,16	800	4,55	-	-
Maracujá	-	-	153	0,65	165	0,95	-	-
Melancia	171	0,66	11	0,05	-	-	-	-
Milho	198	0,76	212	0,90	92	0,52	-	-
Total	25.998	100	23.433	100	17.555	100	15.109	100

Fonte: SIDRA-IBGE

* neste caso, somaram-se os dois anos e dividiu por dois para obter a média
Organização: Mara Íris Barreto Lima, 2021

Tabela 02 - Principais cultivos do município de Itabaiana - Sergipe, 2021

Cultivos	1985		1995-1996*		2006		2016	
	Produção (Ton.)	%						
Amendoim	287	0,47	217,5	0,40	192	0,41	99	0,25
Banana	19	0,03	58,5	0,01	880	1,90	119	0,30
Batata-doce	19.800	31,90	23.000	39,00	18.700	40,42	20.120	52,03
Fava	60	0,10	-	-	-	-	-	-
Feijão	34	0,05	975	1,68	270	0,58	-	-
Laranja	692	1,11	1.013,5	0,06	405	0,87	-	-
Mandioca	39.200	63,17	28.450	49,00	19.800	42,80	18.340	47,42
Manga	1.104	1,77	3.792	7,00	1.824	3,94	-	-
Maracujá	-	-	490	0,85	96	0,20	-	-
Melancia	490	0,80	675	1,20	3.990	8,62	-	-
Milho	364	0,60	464	0,80	109	0,26	-	-
Total	62.050	100	59.135,5	100	46.266	100	38.678	100

Fonte: SIDRA-IBGE

* neste caso, somaram-se os dois anos e dividiu por dois para obter a média
Organização: Mara Íris Barreto Lima, 2021

O cultivo de batatas vem assumindo novas funcionalidades direcionadas ao mercado em razão dos seus múltiplos usos sejam nas indústrias de caráter desportivo (na condição de ser saudável), na produção da farinha, nos alimentos voltados à merenda escolar (como se visualiza em Moita Bonita), nas atividades pastoris, nos perímetros irrigados e dentre outros.

Nesse movimento, o mercado é quem define a espacialização da produção, e o amplo valor de uso da raiz faz com que seja um produto priorizado nos cultivos do/no campo modificando as relações de trabalho de cunho camponês. O caráter mercadológico vem influenciando fortemente o campesinato na produção para o mercado monopolista, enquanto



se mantém trabalhando na terra, os trabalhadores e trabalhadoras são explorados direta e indiretamente. A renda extraída, dada a natureza da dependência e subordinação tem sido em grande parte apropriada pelo mercado e, por este ângulo, a batata-doce se torna amarga sob a égide do capital.

Numa realidade em que se apreende uma crise estrutural do capital, que expropria milhares de camponeses e impõe discursos falaciosos de modernização do/no campo, a presente análise se delinea numa conjuntura em que o mercado capitalista (local e regional) dita e controla os preços da produção camponesa, reverbera e condiciona ao trabalhador e trabalhadora rurais à sua constante dependência e exploração.

Os trabalhadores do campo têm de obedecer às ordens do sistema, de forma imperativa à lógica do mercado visando atender a geração de mais lucro. Oliveira (2007) argumenta ainda que tal ordem tenta negar a condição de luta de classe e os conflitos reais, subordinando as relações de trabalho dos camponeses que adentram na lógica de destruição e de acumulação do capital resultantes das relações não capitalistas de produção que sustentam o próprio sistema.

Nesse ínterim, os avanços das amarras do capital, aos quais se ancoram em discursos de um novo reordenamento do poder, implicam compreender o enfrentamento da luta dos camponeses contra todas as tentativas de destruição de sua existência. Tal premissa tende a considerar o projeto de desmonte de modernização do campo, bem como é expressiva através do agronegócio na contramão da condição camponesa, em que a terra e o trabalho possuem outras dimensões. O trabalhador camponês é inserido nas novas dinâmicas do mercado, capturado pelos fetiches do capitalismo que pressupõe a destituição das relações tradicionais de produção do/no campo e o saber histórico do campesinato.

Consoante a isto, Ribeiro (2020) disserta:

Na subordinação da produção camponesa e de seu modo de vida ao mundo da mercadoria legitima-se a precarização e precariedade como universais e formas generalizadas de labor na atualidade. A terra é usurpada direta e indiretamente pelos mecanismos de expropriação da renda, cada vez mais restrita e insuficiente para suprir as necessidades do sujeito camponês (RIBEIRO, 2020, p. 134).

Estas visões consistem, no espaço agrário, em modificar a relação do trabalho camponês reafirmando novas formas de subsunção real do capital. Assim, é possível afirmar que o sistema de produção camponês é diferente do sistema avassalador do agronegócio, enquanto expressão do capital no espaço agrário. Todavia, como o capital detém recursos e



pode controlar o mercado, as tecnologias e as políticas agrícolas, os trabalhadores camponeses ficam subalternos ao seu poderio hegemônico.

De acordo com Carvalho e Oliveira (2021, p. 37), “tal projeto possui vínculos políticos, revelados pela bancada ruralista que impõe uma agenda nacional, em consonância com as demandas do mercado externo e o processo de acumulação do capital”. Com esta citação, pode-se afirmar que tal fato visa compreender as mudanças das relações sociais no campo, a dinamização da economia em diferentes setores e o papel do agronegócio, pois “o fortalecimento dos ideais do agronegócio possui grandes linhas discursivas para sua concretude no ideário político, econômico e cultural” (BEZERRA, 2009, p. 119).

Em artigo que provoca a análise do discurso e das estratégias políticas do agronegócio brasileiro, Carvalho e Oliveira (2021) compreendem ainda o caráter persuasivo deste modelo de destruição e o reforço à ideia de modernização no campo como avanço e superação dos problemas a fim de manipular a sociedade em geral. Para os autores:

Ainda que apartados das condições materiais deste modelo de agricultura, muitas vezes ameaçados e desterritorializados, parcela significativa dos sujeitos pobres do campo, se sentem contemplados e seduzidos pelo “discurso agro”. Inadvertidamente se convertem em agentes de defesa e reprodução do modelo de desenvolvimento que provoca efeitos deletérios em suas vidas. O campo conceitual que sustenta a centralidade destes discursos é responsável pelo ponto cego da ideologia, que não permite que os sujeitos percebam à serviço do quê e de quem estão os discursos reproduzidos (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 30).

O campesinato dentro do sistema agrícola do agronegócio é condicionado pelo capital, visto que o camponês se encontra sujeito aos ditames do mercado e, por sua vez, torna-se subalterno aos mandamentos do capitalismo, desconstrói-se o sentido de liberdade e apenas resta a sua sobrevivência. Assim, para Oliveira (2007, p. 40): “sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”.

Na medida em que o campesinato é subordinado à dinâmica capitalista, “a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1981, p. 160). Nessa perspectiva, esse processo vem afirmar os novos nichos do mercado, aos quais têm grande atuação decisiva dos atravessadores. Estes atravessadores ou intermediários são os responsáveis pela compra e venda de diversos produtos, dentre eles alimentos que são produzidos no campo e, desse modo, estão circunscritos numa série de vantagens principalmente porque conseguem controlar o preço, são os maiores beneficiados tendo em vista o baixo valor das mercadorias em seu processo



inicial de produção (conseguindo auferir lucro posteriormente), além de não serem explorados trabalhando na terra.

A respeito destes atravessadores, Umbelino de Oliveira (2007) já ressaltava a sua atuação desde a transição da agricultura do feudalismo ao capitalismo, pois

Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passou a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim, o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. O comerciante aproveitava-se dessa situação para explorar o camponês (OLIVEIRA, 2007, p. 18).

Na atualidade, essa exploração indica uma natureza de dependência dos sujeitos pobres no campo, o que compreende o estranhamento do trabalhador na produção de alimentos e na desigual geração de renda, visto que é usurpada inteira ou parcialmente pelos mecanismos do capital.

Diante da espacialização da batata-doce no campo dos municípios de Moita Bonita e Itabaiana, novas relações de produção e trabalho se impõem condicionando novos ritmos de vida: informalidade, monopolização, territorialização, avanço do agronegócio, uso abusivo de agrotóxicos, etc. A expansão do cultivo provoca mudanças importantes nos municípios, entre elas a injusta distribuição da propriedade da terra, para além das subordinações realizadas pelo mercado e as estratégias utilizadas pelos trabalhadores do campo para se reproduzir.

A estrutura fundiária de Sergipe, ancorada na sua formação territorial e colonial constitui-se de fundamental importância para entender a produção do espaço agrário contemporâneo, articulada à realidade agrária de todo o país no decorrer de sua ocupação, apropriação das terras e expropriação das populações a partir do século XVI. O caráter expansionista dos empreendimentos capitalistas advindos da Europa imprimiu a concentração de terras até os dias atuais, o que fortaleceu o poder daqueles que detinham capitais e, portanto, tornavam-se os donos das extensas e melhores terras e controlavam a força de trabalho explorada.

Ao compreender esses meandros, do mesmo modo que a concentração de terras se fez presente, as pequenas propriedades também permaneceram, contribuindo para a fragmentação da unidade de produção familiar camponesa. A distribuição de terras ao longo de séculos claramente se mostrou desigual, contraditória e desumana, implicando então no desprovimento de incontáveis sujeitos, impondo assim a sujeição e degradação destes ao ditame do capital, degradando-os e os silenciando brutalmente (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2019).



Referente às pequenas unidades produtoras, o ponto extremo do fracionamento das terras sempre esteve ligado à concentração de terras, isto porque se de um lado há o aumento dos latifúndios, do outro há também a redução dos minifúndios³. Vislumbra-se no espaço agrário sergipano a presença dos monocultivos com plantações de cana-de-açúcar, laranja e de milho em grandes porções de terras. No entanto, sobram para os despossuídos apenas poucos hectares constituindo as policulturas das pequenas propriedades, destacando-se a produção de batata-doce, mandioca, feijão, hortaliças, amendoim e dentre outros.

Abre-se um parêntese ao entender que, conforme foram se desenvolvendo estas atividades, as grandes propriedades margeavam as pequenas propriedades, sendo estas últimas fragmentadas cada vez mais e inseridas na lógica de expropriação do campesinato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mercantilização das terras, desde a Lei de Terras de 1850, constituiu-se como o batistério do latifúndio no Brasil e impediu o acesso aos pobres a esse espaço de trabalho (STÉDILE, 2012, p. 25). Em Sergipe, Santos (2019, p. 220) aponta que “em 1854, existia 10.445 propriedades e em 1920 esse número havia decaído para 8.172, ocupando apenas 7% da área total”. Para a autora, a redução do número de estabelecimentos está associada ao mercado capitalista de terras e a sua concentração.

Conforme mapeamento de dados do IBGE, nos Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006, o número de estabelecimentos de 0 a menos de 2 hectares aumentou consideravelmente em dez anos em Sergipe, passando de 50.656 estabelecimentos em 1995/96 para 60.908 estabelecimentos em 2006, o mesmo ocorreu no extrato de área de 2 a menos de 10 hectares, passando de 28.636 estabelecimentos em 1995/96 para 36.801 estabelecimentos em 2006 (IBGE, 1998; 2010).

Segundo Santos (2019), o aumento do número de propriedades com poucos hectares ao longo dos anos revela a resistência por parte dos camponeses, que permanecendo na terra criam e recriam diferentes territórios de luta. A presença dos minifúndios é conflituosa ao trato com a terra, visto que a reprodução social do campesinato é essencial nesse *lôcus* de fecundidade e está permeado de desafios ordenados pelo capital ao longo do tempo. A autora assevera que:

³ Minifúndio é uma pequena propriedade agrícola, um imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal, este por sua vez, é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e varia em cada município seguindo o tipo de exploração predominante, renda obtida desta exploração e por outras explorações existentes.



[...] a produção agrícola demanda maior aporte de tecnologia, capital e força de trabalho para garantir renda. A ausência dessas condições pode ser parcialmente compensada quando a terra é maior e o camponês pode produzir as culturas tradicionais, para as quais o tamanho da propriedade pode relativizar a ausência de capital, como no caso da mandiocultura, o inhame, a batata, o feijão, o milho, etc (SANTOS, 2019, p. 246).

Diante das evidências históricas, assegura-se que para o campesinato produzir e ter sua renda ele necessita da contínua articulação dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa da vida, da soberania alimentar, do trabalho digno e da terra como sustentáculo de permanência no campo, visto que se encontra dentro de sua unidade de produção com poucos hectares e à mercê da lógica capitalista de produção. Defronta-se assim, com forte limitação imposta no decorrer da ocupação das terras sergipanas, principalmente daquelas diminutas, quais na atualidade se desdobram a partir da produção familiar de alimentos. A necessidade e urgência da Reforma Agrária popular se mostra como uma demanda atual para o campo, uma vez que o quadro fundiário coagido pelo capital ameaça a reprodução da vida e do trabalho, pois não prioriza a produção de alimentos, tampouco a soberania alimentar e a preservação da Natureza.

Compreendendo a espacialização da batata-doce nessas nuances, entre o semear, o lavar, o ensacar e o vender da raiz a sua produção se insere no trato da terra envolta de complexos conflitos: a desigual distribuição fundiária, as imposições do capital ao campesinato, os projetos de modernização do campo, as amarras do mercado e ao uso exacerbado de agrotóxicos⁴.

Embora seja cultivada pela agricultura camponesa se constituindo como cultura de subsistência, a batata-doce que serve à alimentação humana e animal vem sendo estudada recentemente para a produção de álcool (ALVES, 2014). E neste caminhar, a quem interessa essa produção de álcool? Quais seriam os impactos aos trabalhadores camponeses partindo desses discursos falaciosos de empreendedorismo rural?

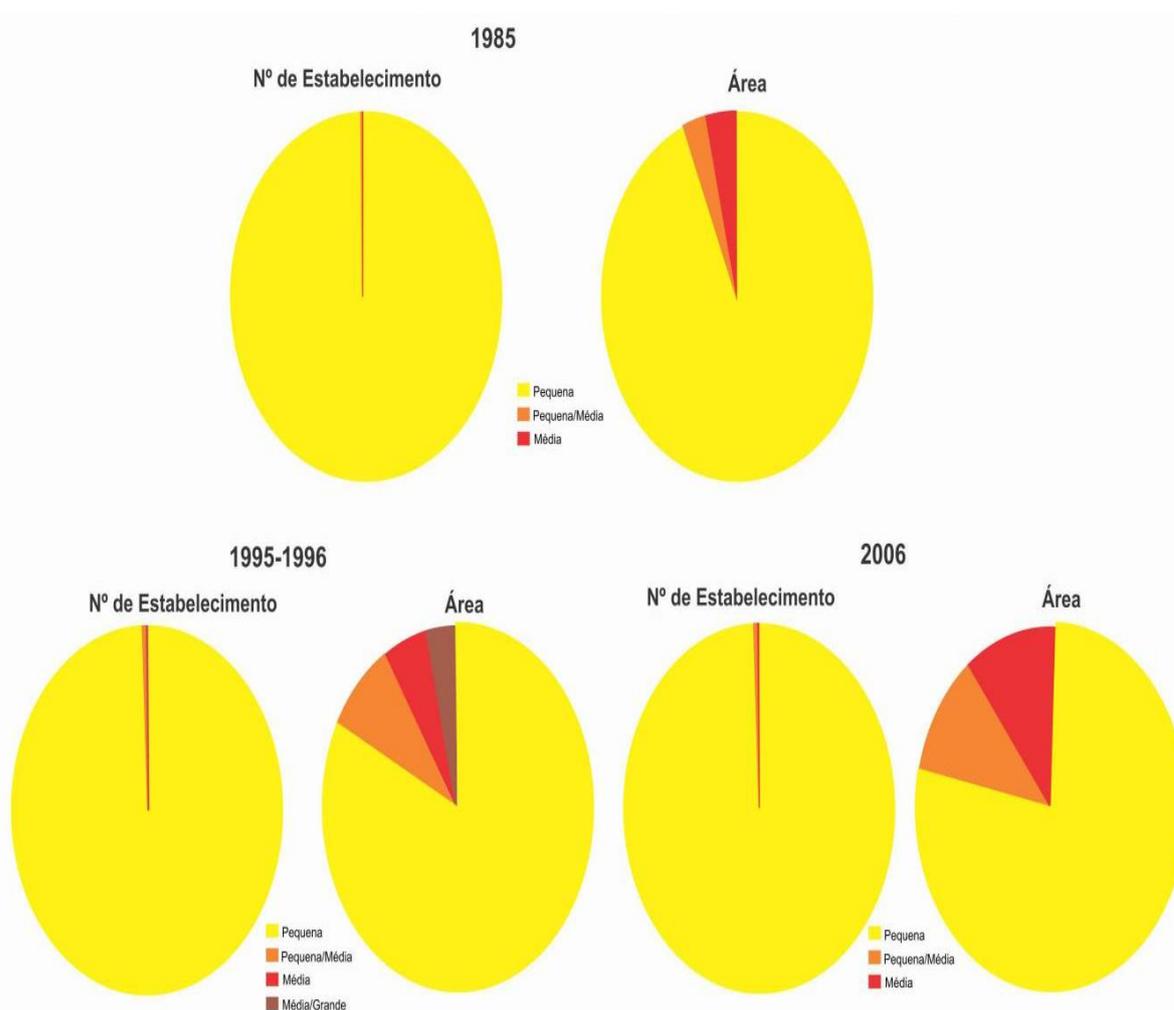
A minifundialização das terras de trabalho dos camponeses, a terra do ganha pão e da moradia, é indiscutível que a sua fragmentação é sinônimo de conflito no espaço agrário, principalmente no que versa às terras dos municípios que compõem a Microrregião do

⁴ Dentro das consequências à saúde do trabalhador camponês e da população, tem-se o exemplo do Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, da pesquisadora Larissa Mies Bombardi. Disponível em: <https://www.larissabombardi.blog.br/atlas2017>. Acesso em: 06 jul. 2021.

Agreste de Itabaiana⁵, onde o menor tamanho do módulo fiscal é de 20 hectares (EMBRAPA Milho e Sorgo, 2012).

Nos dados analisados no que diz respeito ao módulo fiscal, identifica-se que no município de Moita Bonita não existe nenhuma propriedade rural que ultrapasse os 15 módulos fiscais, o que permite entender também a persistência das pequenas e médias terras (Figura 01), preponderantes e conflitantes na reprodução social campesina.

Figura 01 – Predomínio do tamanho das propriedades no município de Moita Bonita – Sergipe, 2019



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1985, 1996-1997 e 2006

Organização: José Hunaldo Lima, 2019

Ademais, em Sergipe entre os maiores produtores de batata-doce do estado cinco dos municípios são do Agreste, a saber: Itabaiana, Moita Bonita, Ribeirópolis, Malhador e Campo

⁵ Integram os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos.



do Brito, no entanto, o Centro Sul também se destaca com o município de Lagarto (Quadro 01). No Agreste de Itabaiana (Figura 02), observa-se um quantitativo expressivo de toneladas produzidas em poucas terras em comparação às grandes propriedades, do mesmo modo que esta produção rebate diretamente na geração de renda e trabalho para os trabalhadores do/no campo, que vão indo a reboque dos interesses do mercado pela batata-doce.

Quadro 01 – Maiores produtores de batata-doce em Sergipe e divisão dos estabelecimentos agropecuários, 2006-2019

Municípios sergipanos	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Número de estabelecimentos (de 0 a 3 ha)
Itabaiana	1.900 ha	23.750 t	3.378
Moita Bonita	1.200 ha	19.200 t	2.609
Ribeirópolis	180 ha	2.520 t	1.412
Malhador	180 ha	2.160 t	938
Lagarto	70 ha	980 t	7.943
Campo do Brito	60 ha	750 t	1.756

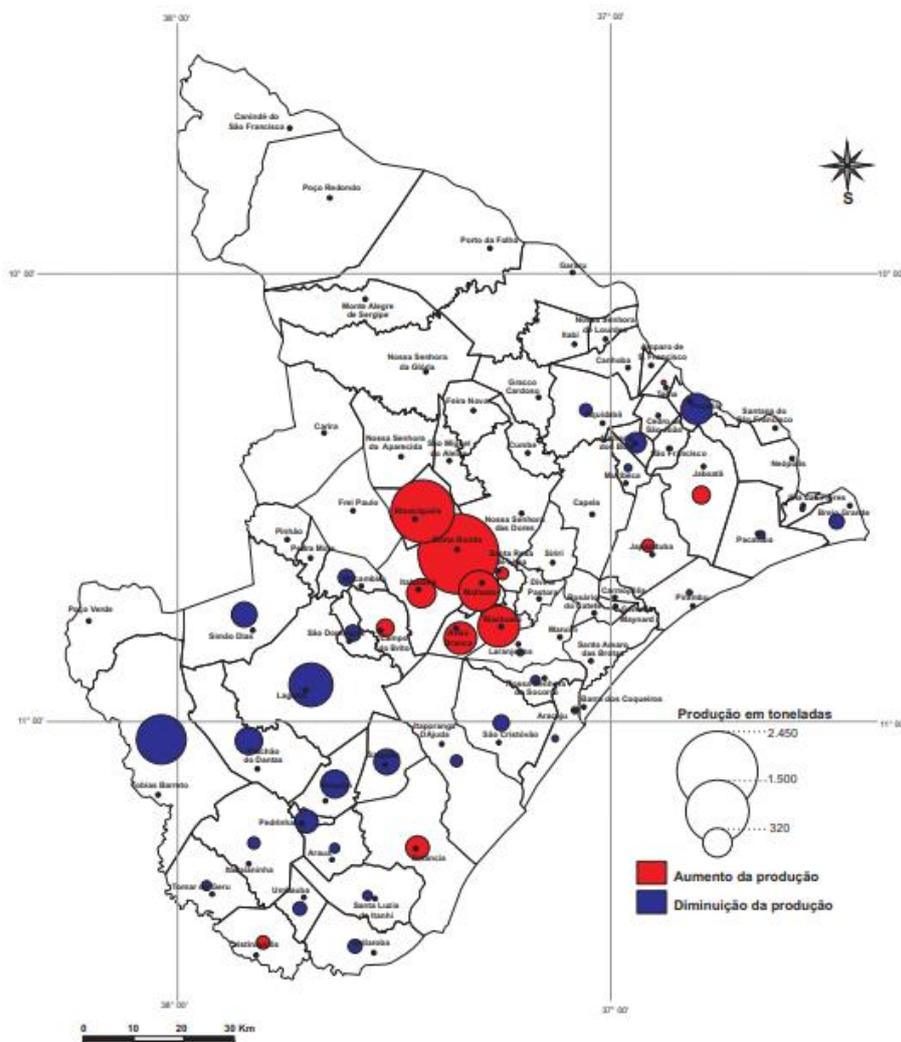
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 e PAM 2019
Organização: Mara Íris Barreto Lima, 2021

Com efeito, os dados expostos no quadro acima revelam a correlação da produção da raiz às áreas de plantio e de colheita, bem como ao número de estabelecimentos agropecuários com poucos hectares. À medida que aumenta o extrato de área (ha), diminui-se a quantidade de estabelecimentos, visto que se localizam numa região que historicamente fora ocupada por colonizadores de ínfimos recursos comparados aos empreendedores da zona canavieira.

É possível verificar que mais de 70% dos estabelecimentos rurais no espaço agrário sergipano se constituem em ínfimos hectares para os trabalhadores camponeses. Mais de 40.000 estabelecimentos rurais têm o extrato de área (ha) inferior a 1 hectare, qual por sua vez divide-se em tarefas⁶ – enquanto medida agrária mais usual no estado – atrelado à manutenção das pequenas e médias propriedades.

⁶ Uma tarefa são quatro quadros, equivalente a uma área de 4.356 m².

Figura 02 – Variação Absoluta da produção de batata-doce, 1985-2016 - Sergipe, 2021



Fonte: SIDRA-IBGE – 1985-2016
Software de Cartomática: PHILCARTO
Elaboração: José Hunaldo Lima, 2020

Em inúmeras unidades produtoras no estado, vislumbra-se a ligação do cultivo da raiz ao setor da agropecuária e este, por sua vez, relaciona-se também aos perímetros irrigados⁷ principalmente nos municípios de Moita Bonita e Itabaiana (Figuras 03 e 04), tornando-se os motores propulsores para seu processo produtivo e o consequente “êxito” na venda do/no mercado.

⁷ Destacam-se os perímetros irrigados da Ribeira, Jacarecica I e Açude da Marcela em Itabaiana, e as áreas irrigadas dos poços artesianos em Moita Bonita. Ver site da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), disponível em: https://cohidro.se.gov.br/?page_id=30. Acesso em: 08 jul. 2021.



Figuras 03 e 04 – Plantações de batata-doce irrigada em Moita Bonita e Itabaiana, Sergipe, 2021



Fonte: Mara Íris Barreto Lima, 2021

Para tanto, é indissociável pensar a produção e comercialização de batata-doce (Figuras 05 e 06) no Agreste de Sergipe ao processo de fragmentação da propriedade camponesa e a subordinação destes sujeitos ao monopólio do mercado capitalista. Enquanto se avançam as estratégias de controle do capital sobre a terra e o trabalho, a luta do campesinato se faz emergente numa conjuntura de ofensivas contra a sua autonomia.

Figuras 05 e 06 – Ensacar para vender: produção de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe, 2021



Fonte: Mara Íris Barreto Lima, 2021

A presença de pequenas terras é conflituosa, visto que as famílias camponesas conseguem se reproduzir apenas mediante o seu trabalho dentro do circuito do capital – processo de produção e circulação simples da mercadoria – com o exemplo da produção de batata-doce (e cabe ressaltar a produção de mandioca, feijão, milho, hortaliças e etc.) na região, fulcral no ciclo vicioso da pobreza imposta pelo capital que reforça a sua acumulação e as determinações no processo produtivo.



De tal maneira, a demanda e o consumo da raiz (como mercadoria) em vistas do comércio são inseridos numa lógica em que a circulação determina a produção de batata-doce, bem como impõe o controle de seu preço. Paralelo à fragmentação da terra, a coleta e análise de dados juntamente com as observações empíricas, provocaram entender a relação do aumento da produção da raiz no recorte espacial em questão – de modo que há uma monopolização do capital na produção – assim como capturar a contradição entre a produção de alimento (para o sustento da família) e a produção voltada ao mercado, à comercialização.

Neste sentido, a problemática se apresenta como ramificação de novas e velhas questões agrárias, modificando as relações de trabalho e de produção social, tal como impõe novas determinações territoriais seguindo a perversidade do capital ao desumanizar os sujeitos e humanizar o lucro no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter predador do capital se desnuda frente a sua crise estrutural, qual está enraizada no seu próprio funcionamento e, portanto, em seu fracasso, evidenciada na reprodução da sociedade capitalista que vivencia uma crise se agravando cada vez mais. Conseqüentemente, a sociedade se mergulha na desumanização imposta pelo próprio capitalismo, qual é intrínseca a ele, bem como empurra milhões de sujeitos para o mapa da fome, da precarização do trabalho e do extermínio de direitos sociais historicamente conquistados.

Embora que, a luta pela autonomia na produção de alimentos e pelo acesso à terra de trabalho, ao serem capturados sob a lógica do capital, sejam os motivos pelos quais os camponeses tendem a resistir a tendência observada é de fragmentação da propriedade da terra. A expansão dos cultivos de batata-doce vem acompanhada de conflitos que prejudicam os trabalhadores do campo, além das instabilidades acerca do controle do preço que o mercado dispõe fragilizando todos os camponeses, aos quais ficam em desvantagem na distribuição de renda, pois o mercado segue a cartilha do modo de apropriação e destruição.

O trabalho (concreto), as tradições e valores dos trabalhadores rurais, enquanto condições de subsistência permitem entender a garantia da renda familiar, assim como promove a sua persistência, lutando contra os discursos falaciosos de modernização para o campo como superação do “atraso”, mas sim enquanto *locus* de vida e sustento. O espaço agrário, como espaço de resistência camponesa se reafirma para a sua necessária condição de luta, partindo-se do ser social se insere nos elementos mais simples desde plantar o alimento



que se come ao vender o excedente que se produz. Assim, ao passo que se apreendem as rugas contornando os olhos dos que pelo trabalho se encontram pelo trabalho também se realizam.

Neste limiar, a ofensiva do capital se avança em direção oposta à condição do campesinato, em que o trato com a terra não parte do lucro como principal objetivo, mas sim a sua sobrevivência. A degradação do sujeito trabalhador, para prover sua família de fontes de subsistência, está articulada à exploração do capital que promove a sua sujeição contínua e não soluciona os problemas ligados à terra, principalmente na histórica e injusta distribuição fundiária que promove e reproduz desigualdades socioeconômicas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Através de mecanismos estratégicos a lógica capitalista impõe o fracionamento das terras de plantio e colheita, o controle do mercado com os atravessadores e a monopolização do capital na produção da batata-doce no Agreste Sergipano.

Contudo, o trabalho da batata-doce controlado pelo mercado não anula o trato com a terra, ao revelar inúmeras práticas por parte destes trabalhadores camponeses, estejam eles organizados ou não, sempre resistindo no campo em busca da terra fértil onde se retira o sustento de suas famílias. A terra simboliza não apenas o valor de troca, como fora imposta pelo modo de produção capitalista há séculos, mas sobretudo ao valor de uso e a importância na reprodução social enquanto *locus* de resistência, expressão da vida e da luta contínua.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo Pereira. Diversidade morfológica, agronômica e potencial para produção de etanol de germoplasma de batata-doce. São Cristóvão, 2014. 61p. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Sergipe.

BEZERRA, J. E.. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**. Ano 12, n. 14, p. 112-124. jan-jun, 2009.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 28-55, mai.-ago., 2021.

CIP. **International Potato Center**: sweetpotato. Lima, Peru, [s.d.]. Disponível em: <https://cipotato.org/sweetpotato/>. Acesso em: 07 jun. de 2021.

EMBRAPA Milho e Sorgo. **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 1998.



_____. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, Vladimir Ilich. A Desintegração do Campesinato. In: LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Série “Os economistas”. (trad. José Paulo Netto). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 35-121.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [Online], n. 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>. Acesso em: 11 maio de 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RIBEIRO, Bruno Andrade. A condição camponesa sob o espectro da informalidade. São Cristóvão, 2020. 165p. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Josefa de Lisboa. Estrutura fundiária de Sergipe: o fracionamento da unidade de produção familiar camponesa. In: SANTOS, Josefa de Lisboa; FILHO, Eraldo da Silva Ramos; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs.). **Ajuste espacial do capital no campo - Questões conceituais e R-Existências**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019, p. 219-251.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 53-74, dez. 2019. ISSN 2594-5033. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5832>. Acesso em 30 jun. de 2021.

STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Figuras

LIMA, José Hunaldo. **Varição Absoluta da produção de batata-doce, 1985-2016 - Sergipe**, 2021. 1 mapa.

_____. **Predomínio do tamanho das propriedades no município de Moita Bonita – Sergipe**, 2019. 6 gráficos de pizza.

LIMA, Mara Íris Barreto. **Ensacar para vender: produção de batata-doce em Moita Bonita, Sergipe**, 2021. 2 fotografias.

_____. **Plantações de batata-doce irrigada em Moita Bonita e Itabaiana, Sergipe**, 2021. 2 fotografias.